



MR 024. Movimentos Ambientais e Étnicos Diante de Políticas de Energia e Desenvolvimento

Coordenador(es):

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/PROCADI - UFPE/PPGA)

Participantes:

Russell Parry Scott (UFPE)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Caroline Farias Leal Mendonça (Unilab)

Whodson Robson da Silva

O planejamento e a implementação de políticas de energia, associadas ao que Thomas Eriksen chama de desenvolvimento em tempos super acelerado,s têm se organizado em cadeias de produção energética envolvendo desde a mineração até as tecnologias mais avançadas no campo na energia nuclear. Pessoas que residem em locais de origem dos recursos energéticos almejados para intensificar a circulação de capital, bem como pessoas e grupos a elas associadas, operacionalizam conceitos de ambiente e de etnia para defrontarem-se com intervenções não desejadas nos seus espaços de viver. A inserção antropológica em espaços projetados para grandes empreendimentos energéticas e de mineração, com foco em estudos recentes em Pernambuco e Minas Gerais, tem documentado as maneiras de populações locais formarem ações e movimentos para se posicionarem diante tais empreendimentos. O/as expositor/as, a partir de campos específicos da pesquisa das suas equipes e de outros envolvidos nos processos, nas regiões nordeste e sudeste do Brasil, apresentam conceitos operacionais e dados etnográficos para compreender as práticas de defesa dos ambientes e etnias locais em confronto com as práticas dos empreendimentos que, em nome de desenvolvimento, elaboram estratégias de ocupação e de desocupação dos locais.

Etnicidade e de Meio Ambiente como Pontos de Negociação com Grandes Empreendimentos e a Criação da Resistência no Sub-Médio São Francisco

Autoria: Russell Parry Scott (UFPE)

Este work examina as práticas exercidas de aplicação de licenciamento e compensação em ações da (CHESF) no Sub-Médio São Francisco. Três experiências de envolvimento no processo pelo autor com inserções diferentes orienta os realces dados a processos que são descritos de acordo com 1) definições de ambiente e etnicidade compreensíveis através das práticas da Empresa, e 2) a mobilização da população atingida na negociação de acordo com essas práticas. Examina o reassentamento de Itaparica, final dos anos oitenta ; a elaboração de um EIA_RIMA para o projeto da barragem de Riacho Seco nos anos 200,; e o cálculo de uma indenização para Povo Indígena Tuxá, nos anos 2010. Foca nos usos e tensões entre o que se entendem como fatores ambientais e étnicos que incidem sobre a negociação de compensação de danos às populações atingidas.

[Trabalho completo](#)

O Nordeste na rota da energia nuclear brasileira: conflitos, resistências e a arena de confrontos sociopolíticos

Autoria: Whodson Robson da Silva, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza



Problematizamos o campo sociopolítico em que dá a instalação da Central Nuclear do Nordeste em Itacuruba, Sertão de Pernambuco. A região em que se situam seis populações tradicionais fora inundada para a construção da Hidrelétrica de Itaparica, em 1988, e reconstruído para abrigar o coletivo realocado compulsoriamente pelo empreendimento. Em 2019, o Estado brasileiro confirma que na ?nova? Itacuruba se instalará um complexo energético com 06 usinas nucleares e capacidade total de 6.600 MWe. A projeção de uma central nuclear no Nordeste não é um fato localizado, pelo contrário, envolve uma série de elementos, atores, instituições e conflitos que permeiam diferentes níveis e contextos de poder. Diante desse cenário os povos tradicionais têm elencado uma série de confrontos no intuito de assegurarem a proteção de suas territorialidades específicas frente à instalação do complexo nuclear.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: